

Relatório mostra ação de poder paralelo

Esquemas mantinham funcionários em postos-chaves para garantir a liberação de recursos

BRASÍLIA — O relatório final da CPI concluiu que a Comissão Mista de Orçamento do Congresso era apenas um dos componentes de um núcleo de poder paralelo criado para lesar os cofres públicos. A forma de atuação deste "núcleo de poder" aparece detalhada no relatório apresentado ontem, que concluiu pela existência de dois grandes esquemas de manipulação de verbas públicas: o das empreiteiras e o das subvenções sociais. O documento assinala que, em ambos os casos, os esquemas mantinham funcionários em postos-chaves nos ministérios para garantir a liberação dos recursos federais.

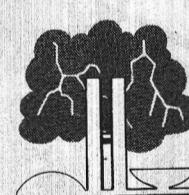
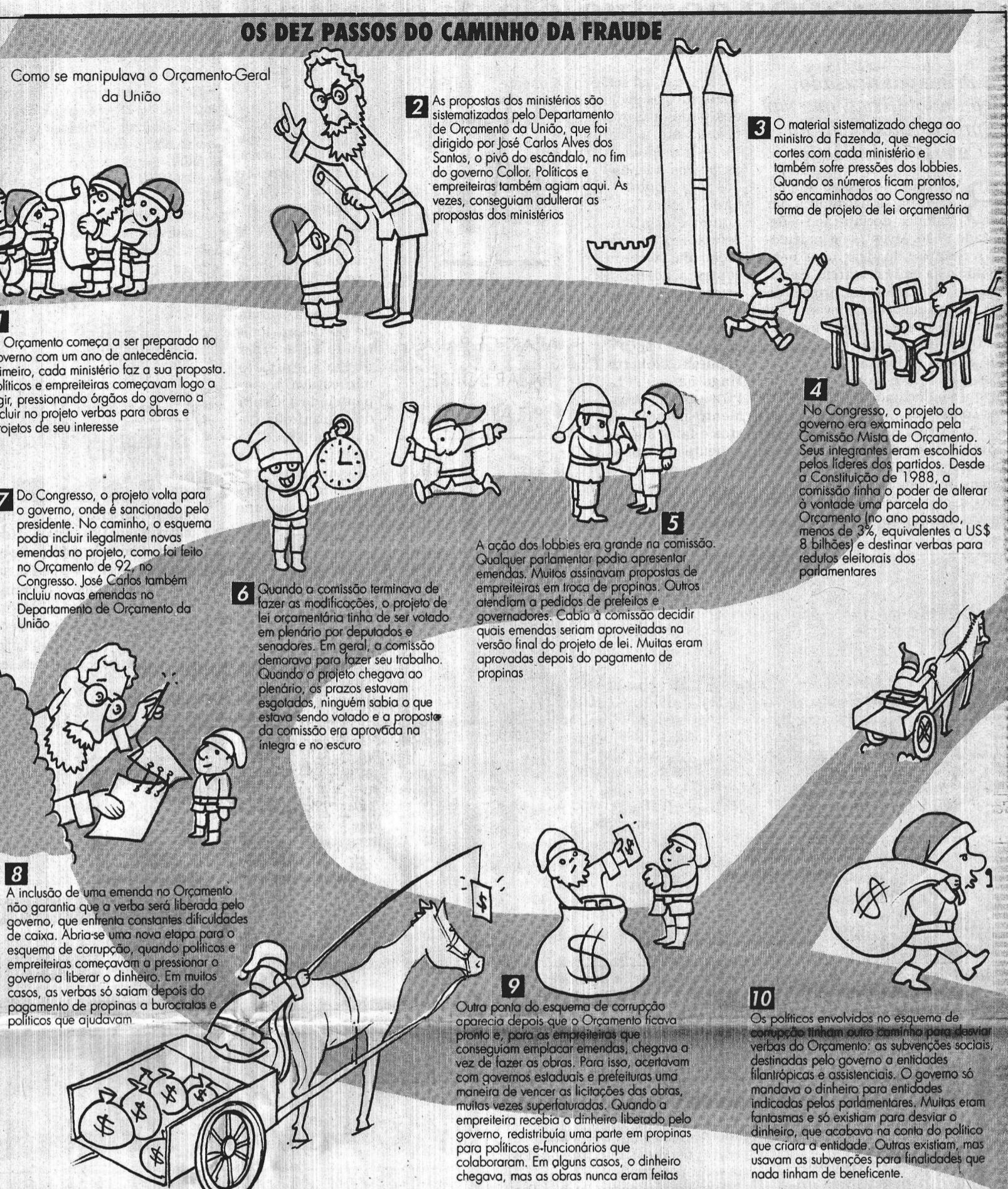
Para a CPI, ficou comprovada a existência de um cartel de grandes empreiteiras, que habitualmente promovia rodízios para vencer licitações. "Quem vencia uma, passava para o final da fila e para garantir a fidelidade dos participantes, o segundo e o terceiro colocados também eram sorteados", destaca o relatório, baseado principalmente na análise feita pela CPI dos documentos encontrados na casa do diretor da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília, Ailton Reis. A Odebrecht foi a única empreiteira atingida de fato pelas investigações da CPI, que concentrou-se mais sobre a atuação dos parlamentares no esquema de manipulação do Orçamento.

Outra forma de fraude identificada nas investigações era a troca de obras entre as empresas, que assim ficavam responsáveis por aquelas sobre as quais tinha maiores interesses. "Não havia concorrência entre elas, que atribuíam às licitações os valores que bem entendiam, quase sempre provocando o superfaturamento", afirma o relatório. Pelo menos nove empreiteiras tiveram o sigilo bancário quebrado pela CPI, mas as contas das empresas acabaram não sendo investigadas pela comissão.

O esquema das empreiteiras, segundo o relatório, começava com a "sugestão" de obras a prefeitos e governadores, acompanhadas de estudos técnicos que apenas eram assinados pela autoridade local. O passo seguinte consistia na inclusão da obra no Orçamento-Geral da União diretamente no ministério da área referente à obra ou por emendas de parlamentares ligados ao esquema. Após a aprovação, eram as próprias empreiteiras que atuavam na liberação de recursos junto ao Executivo. "Há fortes indícios de que em todos esses níveis o esquema das empreiteiras distribuía 'participações', que não são nada menos do que propinas, o salário da corrupção", concluiu o relator Roberto Magalhães (PFL-PE).

Ao contrário do que ocorria com as empreiteiras, o esquema das subvenções desvendado pela CPI era vinculado diretamente a alguns integrantes da Comissão Mista de Orçamento. O parlamentar criava ou patrocinava a criação de entidades que eram inscritas no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). Em sua grande maioria, as entidades eram controladas por pessoas ligadas ao parlamentares, fossem familiares, empregados ou testas-de-ferro. O passo seguinte consistia na formação de holdings, para as quais os parlamentares integrantes do esquema transferiam todo o seu patrimônio para alegar, em caso de necessidade, que não possuíam fortuna pessoal.

"As entidades cometiam toda sorte de fraudes, principalmente em desvio de recursos, notas fiscais falsas, empregos de 'fantomas'



**EMPRESAS
PROMOVIAM
RODÍZIO NAS
LICITAÇÕES**

para transferir dinheiro aos membros do esquema e inexistência dos serviços sociais que declaravam realizar", relata o documento produzido pela CPI. O esquema envia aos ministérios listas de entidades a serem contempladas com subvenções sociais, conseguindo o descontingenciamento das verbas, liberadas a fundo perdido

do. A exemplo do que ocorria no esquema das empreiteiras, o sucesso do esquema das subvenções "implicava a participação efetiva de membros do Executivo", escreveu o relator da CPI.